

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

DAISY EMANOELLY ARAÚJO DE SOUZA SILVA

**BIOPOLÍTICAS DA CIDADE: UM ESTUDO SOBRE A VILA DE PESCADORES  
DO JARAGUÁ**

MACEIÓ

2020

DAISY EMANOELLY ARAÚJO DE SOUZA SILVA

**BIOPOLÍTICAS DA CIDADE: UM ESTUDO SOBRE A VILA DE PESCADORES  
DO JARAGUÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharela em Psicologia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Simone Maria Hüning.

MACEIÓ

2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IP  
CURSO DE PSICOLOGIA**

**FICHA DE AVALIAÇÃO DO TCC – VERSÃO ORIENTADOR**

Aluno (a): DAISY EMANOELLY ARAÚJO DE SOUZA SILVA

Matrícula: \_\_\_\_\_

Orientador (a)/Unidade: Simone Maria Hüning

Título do TCC:

**BIOPOLÍTICAS DA CIDADE: UM ESTUDO SOBRE A VILA DE PESCADORES DO JARAGUÁ**

**Orientação: É função dos avaliadores atribuir, ao final do parecer uma nota de zero (0) a dez (10.0), considerando os seguintes indicadores e critérios:**

<b>Indicadores</b>	<b>Contemplado</b>	<b>Contemplado em parte</b>	<b>Não Contemplado</b>
1- O problema está bem delimitado e existe coerência com os objetivos?	X		
2- O referencial teórico utilizado é atualizado e coerente com o problema proposto?	X		
3 – O método é bem definido e adequado ao problema e objetivos, com as fases de pesquisa claramente relatadas?	X		
4- Os resultados, discussão e conclusões apresentam coerência entre si e com o problema proposto?	X		
5 - O texto é claro, objetivo e usa linguagem correta?	X		



## RESUMO

Este artigo tem como proposta discutir objetividades e subjetividades produzidas sobre a Vila de Pescadores do Jaraguá e seus habitantes a partir dos discursos veiculados pela mídia jornalística impressa e digital de Alagoas entre os anos de 1980-2016. A tradicional comunidade pesqueira habitou por cerca de 95 anos um território privilegiado no bairro Jaraguá localizado em Maceió, Alagoas - conhecida por ser um dos destinos turísticos mais atrativos do Brasil - sendo expulsa violentamente em Junho/2015 após um processo judicial. Como procedimento metodológico realizamos a análise desses materiais, que foram selecionados a partir de um acervo constituído em pesquisa anterior, e levou em consideração as edições mais completas dos principais jornais de circulação de cada época. Como referencial teórico utilizamos a Psicologia Social em diálogo com estudos foucaultianos para pensar como se instituem os problemas sociais e se produzem os regimes de saberes e verdades. Inicialmente, analisamos o processo de turistificação no Jaraguá e as implicações na Vila de Pescadores. Em seguida, discutimos como se dão os jogos de [in]visibilidade na cidade e a transição dos discursos entre ‘Vila de pescadores do Jaraguá’ e ‘Favela do Jaraguá’, ao longo dos anos mediante a valorização e especulação imobiliária do Jaraguá e os discursos que permearam esses processos. E por fim, abordamos os mecanismos de resistência no qual os moradores da Vila do Jaraguá se reafirmaram enquanto comunidade. Concluimos que os modos de gestão da cidade podem constituir ferramentas de aumento e afirmação das desigualdades sociais, bem como, que as mídias têm um papel importante na construção dessas legitimações à medida que produzem “verdades”.

**Palavras-chave:** Psicologia social. Urbanização. Violência. Comunidades.

## ABSTRACT

This study proposes a discussion about objectivities and subjectivities propagated by the printed and digital journalism media of Alagoas about the Fishermen's Village at Jaraguá and their residents between 1980-2016. A traditional fishing community, which lived for 95 years in a privileged area at the Jaraguá district in Maceio, Alagoas – known for being one of the most attractive tourism locations in Brazil –, was violently expelled from there in June/2015 after a judicial process. The analyses were made from the journalistic material selected in a previous research that has considered the most complete editions from the main journals from each period. The theoretical reference used is from Foucault's theories which provide the subsidy to think on how the social problems and the truth regimes are made. Initially, we analyzed the tourism process at Jaraguá and its implications at the Fishermen's Village. Then, we discussed how the [in]visible way of viewing at the city and the transition of speeches between 'Fishermen's Village at Jaraguá' and 'Jaraguá's favela' both happen among the years upon the real estate valorization and speculation at Jaraguá, and the speeches associated with these processes. Finally, we studied the mechanisms of resistance of which the residents of the village used to reaffirm themselves as a community. We conclude that the approach of management of the city can constitute means of enhancement and affirmation of social inequality, as well as, the media has an important role on the construction of a justification for that at the same time that produces "truths".

**Key-words:** Social Psychology. Urbanization. Violence. Communities.

## INTRODUÇÃO

As diferentes formas de produção e regulação da vida e as relações que os sujeitos produzem com os espaços que habitam e circulam são processos integrados. Assim, sempre que o Estado determina onde realizará investimentos, em quais áreas serão empregados recursos, para qual público se destina um determinado empreendimento ou qual uso se fará de um espaço público, gera também uma série de afetações na vida dos sujeitos e na produção das subjetividades que estes constroem em relação aos territórios.

Questionar como se dão essas escolhas pelo Estado e discutir essas afetações nos ajudam a entender como se produzem alguns discursos que circulam nos espaços urbanos como verdades, e a refletir sobre a sociedade que estamos construindo (Hüning, Lima, Melo, Rocha & Silva, 2019)<sup>1</sup>.

A partir de um processo de disputas que culminou na remoção violenta de uma comunidade tradicional de pescadores, após um processo judicial, estabelecemos como foco de pesquisa a Vila de Pescadores do Jaraguá, que por mais de 95 anos ocupou um território privilegiado no bairro do Jaraguá - centro histórico da cidade de Maceió - que desde dos anos 80 é alvo de campanhas e projetos de turistificação e investimentos imobiliários que idealizam um modelo de desenvolvimento progressista, reconfigurando as atividades desenvolvidas, bem como as possibilidades de circulação e modos de vida nesse espaço. Para realizar a pesquisa, consideramos os jornais locais como um “importante material para a problematização dos modos de produção e gestão da vida, pois materializam práticas/discursos que circulam ou passam a circular no cotidiano como verdades, produzindo simultaneamente sujeitos e modos de governo” (Silva, 2013).

Nosso estudo faz um recorte local, limitando a busca nos jornais as notícias relacionadas, direta ou indiretamente, ao bairro do Jaraguá e também um recorte

---

<sup>1</sup> Essa trabalho teve início em um projeto de iniciação científica intitulado “ Biopolíticas da vida urbana: subjetivações, exclusões e violências (2017/2018) em continuidade à pesquisas desenvolvidas em anos anteriores também sobre o bairro do Jaraguá e a Vila de Pescadores (2015-2017). A partir dos relatórios do PIBIC ciclo 2017/2018, foi indicado para a apresentação em formato de pôster e teve seu resumo publicado nos anais da 71ª reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência que ocorreu Julho de 2019. Também a partir dos relatórios do PIBIC, foi aceito para integrar rodas de conversa no VI Encontro Regional do Nordeste da ABRAPSO que ocorreu em Maio de 2019 e também terá seu resumo publicado nos anais do evento que se encontra no prelo. Algumas das ideias abordadas aqui foram apresentadas nos referidos eventos e estão devidamente referenciadas.

temporal no qual situa a análise entre os anos 1980 e 2016. O objetivo foi discutir a constituição simultânea dos espaços urbanos, dos modos de subjetivação, de violências e exclusões sociais e territoriais, problematizando os discursos sobre a vila de Pescadores do Jaraguá e seus moradores e discutindo objetividades e subjetividades produzidas pelos discursos da mídia jornalística sobre esses espaços.

Inicialmente, analisamos o processo de turistificação no Jaraguá como aposta econômica pelo qual a cidade de Maceió foi submetida e as implicações desse processo na Vila de Pescadores do Jaraguá. Em seguida, discutimos como se dão os jogos de [in]visibilidade na cidade e a transição dos discursos entre ‘Vila de pescadores do Jaraguá’ e ‘Favela do Jaraguá’, ao longo dos anos (1980-2016) mediante a valorização e especulação imobiliária do Jaraguá e os discursos que permearam esses processos que desqualificavam os moradores da comunidade pesqueira. E por fim, abordamos os mecanismos de luta, resistência e fortalecimento pelos quais os moradores da Vila do Jaraguá se reafirmaram enquanto comunidade tradicional de pesca artesanal e potência comunitária.

## **METODOLOGIA**

Buscamos materiais a partir de publicações em jornais impressos e mídia digital, que falavam sobre o Bairro do Jaraguá e sobre a Vila de Pescadores do Jaraguá (ou Favela do Jaraguá), entre os anos de 1980 e 2016. Esses materiais foram selecionados a partir de um levantamento de mídias físicas - realizados na Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos e no Arquivo Público de Alagoas – APA e nas agências de notícias da capital, sediadas no município de Maceió, Alagoas. A busca se iniciou com a realização de um mapeamento sobre os principais jornais de circulação de cada época e que continham maior número de edições preservadas (no caso de edições impressas) – e também com o acesso a mídias digitais.

Para o período da década de 80, encontramos o ‘Jornal de Alagoas’ e o ‘Gazeta de Alagoas’. Na década de 90, além desses, incluímos ‘O Jornal’, e a partir dos anos 2000 o ‘Tribuna de Alagoas’. Também a partir dos anos 2000 incluímos a ferramenta de busca online que nos permitiu pesquisar as publicações utilizando o descritor “Jaraguá” nas mídias online pesquisadas através do site oficial do ‘Jornal Gazeta de Alagoas’.

Devido a quantidade de material priorizamos as análises das edições de jornais publicadas aos Domingos, Terças e Sextas, por serem edições mais completas. O conjunto de materiais obtidos nessas consultas foi catalogado em uma lista de matérias



com a especificação da fonte, data de publicação e atribuição de palavras-chave sobre o tema que tratavam.

A partir disso, analisamos o material pesquisado, entendendo aqui “as diferentes mídias como bases de registros históricos que instituem e difundem determinadas verdades para a população, e a partir desses registros produzem outras realidades, conflitos, objetividades e subjetividades sobre os mesmos” (Hüning, Lima, Melo, Rocha & Silva, 2019). Como já mencionado, o principal objetivo desse trabalho é analisar como esses discursos circulam na Vila de Pescadores e sobre os seus habitantes, atentando especialmente para os modos como se produz uma objetividade e se engendram subjetividades em torno dessa comunidade.

O referencial teórico-metodológico utilizado para análise e construção teórica desse trabalho, parte da Psicologia Social em diálogo com os estudos de Michel Foucault que busca problematizar como se constituem os problemas sociais e como se produz os regimes de saberes e verdades, pensando os discursos e as práticas que incidem sobre os territórios, no caso, o bairro do Jaraguá entre os anos de 1980 e 2016. Destacamos que este trabalho busca trazer contribuições para o estudo de processos urbanos e de subjetivação, questionando os discursos apresentados nos jornais sem a pretensão de firmar uma verdade sobre esse objeto, mas pensando seus atravessamentos e suas constituintes.

## **DO PROCESSO DE TURISTIFICAÇÃO NO JARAGUÁ E AS IMPLICAÇÕES NA VILA DE PESCADORES**

Em meio à crise econômica que se agravou em meados da década de 80 no Brasil, encontramos várias matérias que faziam referência a investimentos e empreendimentos voltados para o setor turístico, sendo uma das principais apostas do governo, na tentativa de recuperar a economia do país.

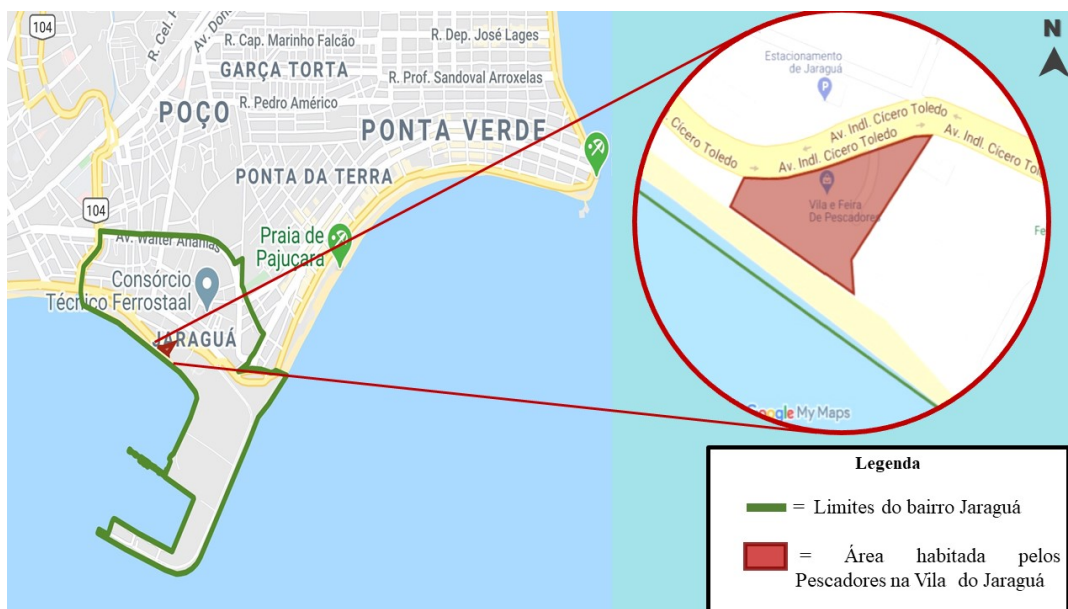
Os jornais propagavam o surgimento de um ‘Novo Nordeste’, maior progresso e desenvolvimento econômico, novos investimentos do setor privado e novas obras públicas com a pretensa de transformar as principais cidades do litoral nordestino em grandes atrativos turísticos. Nesse cenário, os territórios urbanos se tornaram alvos de reestruturação, transformando os espaços ‘com potencial turístico’ em atrativos para o desenvolvimento de atividades que garantem a circulação e permanência de turistas, em detrimento aos investimentos necessários à produção e manutenção na qualidade de vida da população local.

Os espaços turísticos passam a ser considerados objetos no mercado, no qual se atribuem novos valores, novos sistemas de gestão que subvertem os estilos de vida preexistentes em prol do consumismo (Brandão, 2013). Maceió, uma das cidades com ‘grande vocação turística’ por sua privilegiada localização central na costa litorânea do Nordeste, diversas belezas naturais, relevância histórica e econômica para o país, tem elementos que contribuem para a idealização progressista e fomento econômico para o crescimento do turismo na região.

O Jaraguá é um dos mais importantes bairros da cidade, tanto pelo centro histórico e cultural, quanto pela importância econômica. Devido a sua localização privilegiada, a estruturação do Porto do Jaraguá no início da colonização do Brasil, foi uma das mais importantes obras enquanto Maceió ainda era uma Vila. Foi através do Porto do Jaraguá, que a cidade cresceu, devido à importância econômica sendo considerado durante séculos uma das principais vias de importação e exportação do Brasil. (“A importância do porto de Jaraguá”, 1980; “Jaraguá: patrimônio de arte, cultura e história”, 1983).

### Figura 1

*Mapa da localização do bairro do Jaraguá e da Vila de Pescadores do Jaraguá em Maceió.*



**Fonte:** Da Autora.

Desde o início da década de 1980 os grandes empreiteiros começaram a realizar várias intervenções na cidade, ignorando completamente aspectos históricos e sociais,

pautados na lógica capitalista de progresso. Alguns discursos apresentados em nome da prefeitura falavam em “transformar Maceió numa cidade moderna e limpa” (“Prestando contas ao povo: Governo Guilherme Palmeira - prefeito vai entregar mais de 12 obras aos maceioenses”, 1980), e, menos de três meses depois, o mesmo jornal apresentava uma reportagem com o título “Fogo, máquinas, cacete e bala poderão destruir a mais pobre favela de Maceió: a do Palhau” (“Fogo, máquinas, cacete e bala poderão destruir a mais pobre favela de Maceió: a do Palhau”, 1980).

Num contexto de ditadura e manutenção da ordem social através da força militar, vemos a convergência do objetivo de limpeza com a remoção forçada da referida favela. Embora não se trate diretamente do bairro do Jaraguá, nosso foco nesse trabalho, essa notícia nos insere na discussão de pertencimento à cidade e aos espaços públicos, que faz o atravessamento da nossa pesquisa, bem como nos direcionamentos escolhidos pelas várias gestões ao longo dos anos, com a valorização do capital econômico em detrimento do bem estar social. A favela do Palhau, segundo a matéria, se constituía de aproximadamente mil habitantes, entre pescadores, serventes, lavadeiras, jardineiros, que residiam há mais de 07 anos (à época) no bairro de Ponta Verde (hoje um dos mais nobres da orla de Maceió). Pelo que encontramos na matéria, os moradores do Palhau estavam na iminência de ser retirada à força do local sem nenhum planejamento governamental, à medida em que as pessoas declaravam não saber para onde ir e o que iriam fazer.

No caso da Vila de Pescadores do Jaraguá, o processo de marginalização e posterior expulsão se deu de forma mais lenta, muito pelas dinâmicas de enfrentamento e resistência da comunidade aos investimentos realizados contra ela. Durante os anos 80, o Jaraguá aparece nas matérias dos jornais predominantemente em iniciativas do setor privado: clubes, restaurantes e hotéis, e, uma das principais apostas turísticas da época foi um projeto milionário batizado de ‘Centro Cultural e Turístico Marina Maceió’ (“Arquiteta Vanuza Christiani acredita no projeto Marina”, 1989; “Marina Maceió em Jaraguá”, 1989; “Marina Maceió impressiona”, 1989), que pretendia a implantação de uma Marina como atrativo turístico no bairro Jaraguá, e, assim como no caso da Favela do Palhau, já indicava o descaso com a população mais pobre (Hüning, Lima, Melo, Rocha & Silva, 2019).

Em entrevista ao Jornal de Alagoas, a arquiteta responsável pelo projeto à época, Vanusa Christiani, afirmou que apesar de ser um patrimônio público, a construção e

administração da Marina ficaria sob responsabilidade da iniciativa privada. Quando questionada sobre os benefícios econômicos, a mesma fala sobre o recolhimento de impostos e dá exemplo de outra marina que “têm engordado os cofres públicos”. E, quando perguntada sobre os benefícios que traria para a ‘Colônia de Pescadores’, responde que “Desde o início o projeto foi desenvolvido levando em consideração os anseios da Colônia de Pescadores, que estão hoje carentes de quaisquer serviços que facilitem o desenvolvimento da sua atividade” e disse ainda que se beneficiariam mediante “a instalação de um terminal onde os pescadores poderão abastecer seus barcos de óleo diesel e gelo e desembarcar o seu pescado” (“Arquiteta Vanuza Christiani acredita no projeto Marina”, 1989). Não se encontrou nas reportagens da época referência à participação da ‘Colônia de pescadores’ no processo de discussão do projeto.

Desde que o projeto Marina Maceió foi anunciado e passou a ser noticiado nas mídias, foi possível identificar um aumento na especulação imobiliária nas áreas próximas ao empreendimento, também se observou que discursos que desqualificavam e marginalizavam os moradores da Vila de Pescadores do Jaraguá relacionando-os, principalmente, à violência e à criminalidade, se intensificaram circulando com maior frequência nas mídias locais de maior visibilidade e colaborando para a validação de violências que teve como principal desdobramento a remoção da Vila em 2015, após sentença desfavorável aos interesses da comunidade (Hüning, Lima, Melo, Rocha & Silva, 2019).

### **JOGOS DE [IN]VISIBILIDADE NA CIDADE: COMO OS DISCURSOS SOBRE A VILA DE PESCADORES DO JARAGUÁ SÃO CONSTRUÍDOS**

Os modos de governo, planejamento e organização da vida na cidade produzem formas objetivas e subjetivas de nos relacionarmos com os territórios que habitamos, circulamos e/ou evitamos circular. A partir de uma lógica progressista, produzimos luzes e sombras sobre os espaços, visibilizando e invisibilizando em conformidade com as demandas econômicas e políticas. O que se quer visível está relacionado aos moldes de progresso, a ênfase em belezas, riquezas, e tudo que a produção capitalista pode tornar consumível, inclusive, a sensação de segurança. E, as invisibilidades estão associadas ao que é ruim, feio, sujo, pobre, marginal, inseguro (Scisleski & Hüning, 2016), e essas configurações produzem vidas e sujeitos desiguais.

Nas matérias encontradas durante a década de 1980, muito se discute sobre a modernização do bairro do Jaraguá, e algumas obras que passaram a ser realizadas à época. Nas notícias relacionadas às obras públicas e empreendimentos visando à modernização daquele espaço, pode-se verificar o descaso da gestão municipal com a Vila de Pescadores e seus moradores. Algumas denúncias foram realizadas durante toda a década de 80 pelos pescadores, como falta de infraestrutura e saneamento básico, falta de gestão, de saúde e de segurança. A exemplo, a matéria “Mar: a riqueza dos pescadores”, descrevia um pouco do cotidiano dos pescadores, da venda dos peixes, das dificuldades enfrentadas por aquela comunidade e seus moradores:

Vida de pescador é dura, seu moço, saímos para o mar às cinco horas da manhã, e não sabemos se vamos voltar. O mar é perigoso porém, é dele que vivemos” Disse o pescador mais antigo do velho Porto do Jaraguá, Alfredo da Silva, que há 40 anos vive da pesca. ... “Vivemos numa miséria – continuou ele [José Inácio]- como o Sr. está vendo, não temos assistência, ninguém chega aqui para fazer nada pela gente. E nós onde é que vamos parar com este meio de vida que só dá quando a maré está para pescador? Eu tenho quase 30 anos como pescador, e até agora não tive a menor condição de possuir um barco, para me manter e a minha família, que depende somente de mim. Eu estou velho, cansado, com as mãos cheias de calos, de lutar para ter alguma coisa, e nada tenho. Trabalho por qualquer importância”, finalizou o pescador revoltado. ... A maioria dos pescadores é analfabetos, e eles não sabem fazer outra coisa a não ser pescar, ficando difícil conseguir um emprego que lhe dê o alimento todos os dias. ... As providências mais solicitadas pelos pescadores, foram as seguintes: um convênio com algum banco, para que os barcos sejam vendidos a prazo, e sem muita burocracia. Apesar do 2º Distrito ficar perto do Porto quase sempre, acontecem crimes ... Maior atuação da Cobel, naquela área, porque o lixo está tomando conta. Uma verba para se fazer um posto Médico. ... Água e luz que ainda não tem, e um lugar assim, não pode ficar sem isto. Disse um pescador: “nós não temos condições de fazer nada, se as autoridade, não tomarem providência, é provável que futuramente, isto aqui acabe. (“Mar: a riqueza dos pescadores”, 1980).

Importante também observar a narrativa que se faz dos pescadores, pessoas simples, pouco instruídas, sem assistência e ‘vítimas’ da falta de infra estrutura e da

violência local. Apesar disso, não foi encontrada nenhuma matéria que tratasse das questões levantadas pelos pescadores, como a falta de infraestrutura, a violência, ausência de coleta de lixo e assistência médica por parte da gestão, e, quase todos esses elementos foram acionados pelo poder público em 2015 para justificar a remoção dos pescadores, já eram denunciados como resultado da negligência do governo, em 1980.

A partir da década de 90, foram encontradas matérias que passaram a discutir projetos de revitalização do Jaraguá, sendo um dos principais intuitos beneficiar o turismo (“Salve Jaraguá: Preservação do bairro do Jaraguá”, 1992; “Lessa lança hoje o projeto da revitalização de Jaraguá”, 1995; “Prefeitura autoriza início da reforma de praças em Jaraguá”, 1998). Inicialmente, os projetos incluíam os pescadores e marisqueiras como beneficiários, e anunciavam a criação de uma Vila de Pescadores que já existia (“Prefeitura quer Jaraguá como corredor turístico”, 1995), mas após alguns anos, as políticas que tratavam da revitalização do Jaraguá passaram a ser excludentes e discutir a remoção total da comunidade de pescadores e marisqueiras do bairro.

Mesmo com os projetos de revitalização em discussão, e muitas obras implementadas no bairro (“Revitalização de Jaraguá cumpre calendário de obras”, 1997; “Jaraguá – a promessa quase cumprida”, 1998; “Obras devem durar mais três anos”, 1998; “Prefeitura autoriza início da reforma de praças em Jaraguá”, 1998) os problemas enfrentados pela comunidade pesqueira (Mar e Lixo, 1991; Nogueira, 1992a; Nogueira 1992b) continuaram ignorados pela gestão pública.

Nesse contexto, se iniciou um processo de visibilidade perversa, na qual a comunidade passa a ser visível para a gestão pública, mas destacando discursos que associam os moradores da Vila do Jaraguá à violência e a criminalidade (“Preso após dois meses ter morto o colega no Jaraguá”, 1990; “2º DP quer prender quem matou cunhado”, 1990; “Assassino de pescador não é localizado”, 1991; “Pescador é espancado por cinco militares”, 1992).

Em uma das matérias encontradas o pescador Antônio Soares, é confundido com um delinquente e é espancado por policiais e marinheiros, quando estava andando de bicicleta, sem apresentar nenhuma resistência e sem nenhuma motivação.

Cinco militares e dois marinheiros espancaram o pescador Antônio Soares, 20 anos, residente na avenida Beira- Mar – Jaraguá. O espancamento registrou-se cerca de 20h30 de terça-feira passada, após a vítima ter sido confundida por (sic) um delinqüente. Segundo Antônio Soares, ele estava pedalando sua

bicicleta a 200 metros da Capitania dos Portos, próximo a um armazém de adubos, quando foi interceptado por um vigilante do armazém.

Antônio Soares disse que o vigilante sacou de (sic) um revólver e começou a pedir ajuda a um taxista, que solicitou a intervenção de militares da cavalaria. Durante a detenção de Antônio Soares, cometida pelo vigilante, cinco PMs, lotados na cavalaria chegaram e começaram a bater no pescador, minutos depois uma Kombi da Capitania dos Portos onde viajava, dois marinheiros, parou e os PMs da Cavalaria pediram para que os marujos levassem Antônio Soares à delegacia do Segundo Distrito policial.

Segundo ele, no interior daquela distrital (sic) foi espancado pelos militares, inclusive os marinheiros que também participaram do massacre. Com escoriações e hematomas por todo o corpo, Antônio ficou recolhido desde as 20h30 da noite de terça-feira até a manhã de quarta-feira, sendo liberado. O pescador foi orientado por um advogado a procurar o delegado do Segundo Distrito, Valdir Silva de Carvalho, para ser submetido a exame de corpo de delito. O caso foi comunicado ao comando da Polícia Militar e à Capitania dos Portos. (“Pescador é espancado por cinco militares”, 1992).

Entre a década de 80 e os anos 2000, se percebe as transições dos discursos que transversalizam a Vila de Pescadores do Jaraguá. A primeira matéria relacionada ao tema “Mar: a riqueza dos pescadores” (“Mar: a riqueza dos pescadores”, 1980), descrevia um pouco do cotidiano dos pescadores, da venda dos peixes, das dificuldades enfrentadas pela aquela comunidade e seus moradores. E, ao longo dos anos, as campanhas de marginalização e desqualificação dos moradores da Vila de Pescadores do Jaraguá ganharam força nas principais mídias de circulação local. A denominada Vila Beira Mar, passa a ser estigmatizada como Favela, seus moradores passam a ser associados à vagabundos, desordeiros, e o território passa a ser associado à criminalidade.

Uma das matérias, “Almeida critica protesto de moradores” (Soares, 2009), na qual, o então Prefeito da cidade de Maceió (Cícero Almeida), se referiu aos moradores contrários a proposta de remoção da Vila para o Trapiche, como ‘cabras perdidos’ e afirmou que a região seria um dos principais focos de comercialização de drogas, fortalecendo a produção de discursos negativos em relação aos moradores da Vila.

Almeida Critica protesto de moradores e pede ação de autoridades policiais contra o tráfico de drogas no bairro; ordem para construção de vila será assinada hoje

Um dia antes de assinar a ordem de serviço para a construção do conjunto habitacional Vila dos Pescadores, que abrigará os moradores da Favela de Jaraguá, o prefeito Cícero Almeida (PP) condenou ontem os protestos realizados na última quarta-feira (2) contra a transferência da comunidade de pescadores para a região próxima ao emissário submarino, no Trapiche. E pediu ação das autoridades contra o tráfico no bairro de Jaraguá.

O prefeito participava da instalação do grupo de trabalho encarregado da elaboração do Plano Integrado de Promoção ao Direito Humano e à Segurança, no auditório da Prefeitura de Maceió. Depois de chamar em entrevista os supostos responsáveis pela manifestação de “cabras perdidos”, denunciou que a região de Jaraguá seria o principal foco no tráfico de crack na capital. (Soares, 2009).

Destacamos que houve um aumento exponencial na especulação imobiliária do bairro ao longo dos anos, e que, à medida que se falava na remoção dos Pescadores da Vila do Jaraguá aumentava o interesse de investidores. Uma matéria intitulada “Remoção de favela estimula investimentos em Jaraguá” (Oliveira, 2012) nos fornece vários elementos da problemática trazida nesse trabalho.

A remoção das famílias que ocupam barracos e casebres na orla de Jaraguá é uma “violência para aqueles que se consideram nativos do local, mas encoraja quem vê a área como um bom filão para futuros negócios. A Prefeitura de Maceió planeja remover as famílias em abril próximo, quando estarão concluídas as obras dos apartamentos colocados à disposição delas num trecho da Praia do Sobral, a menos de 2 quilômetros do ponto onde estão hoje.

... A remoção da favela, ação que dá andamento ao projeto de reurbanização da orla de Jaraguá, que o município tenta concluir, estimula a administração do Porto de Maceió a tirar da gaveta planos de modernização e ampliação.

Tais projetos incluem a construção de um terminal de passageiros e de uma Marin, destinada a pequenas e médias embarcações, especialmente de esporte lazer. “Não temos conseguido avançar nesses projetos em função da favela”, afirma o administrador substituto do porto, Roberto Leone.



O Porto de Maceió é um dos 37 portos públicos que integram o sistema portuário Brasileiro. Também conhecido como Porto de Jaraguá, localiza-se entre as praias da Pajuçara e da Avenida, no histórico bairro de Jaraguá. Nele, está o maior terminal açucareiro do mundo, dos mais movimentados do Nordeste. Seu calado (profundidade mínima de água necessária para a embarcação flutuar) lhe garante capacidade para operar os mais modernos tipos de navios.

Essa privilegiada posição geográfica, somada a um canal de acesso com 520 m de comprimento, 80 m de largura e profundidade de 10 m, estimula seus administradores a planejar seu eficiente aproveitamento. “Mas bem à nossa frente está uma imagem negativa de nossa cidade. Investir ali nessa situação é impraticável”, afirma Roberto Leone, lamentando que a situação atual prejudique também o Porto de Maceió.

Segundo ele, quem chega a Maceió pelo porto, sejam os navios de turismo ou os que vêm embarcar e desembarcar mercadorias, “pode ver como descaso nosso toda aquela sujeira bem embaixo de seus pés”.

A administração do porto, em parceria com os órgãos estadual e municipal de turismo, recebe os visitantes improvisando um terminal de passageiros. O projeto Estação Tenda recebe os turistas com artesanato, apresentações culturais e vídeos. Mesmo satisfeito com a experiência de receptivo, Roberto Leone confirma que os turistas costumam fazer referências ao visual de pobreza com o qual se deparam. (Oliveira, 2012).

Conforme se discute na matéria, os interesses da gestão consistem em afastar as famílias moradoras de casebres, pobres, para transformar o espaço em um ambiente agradável aos olhos dos turistas e de famílias abastadas para ser utilizado para ‘esporte e lazer’. Deixando claro que o incômodo com a população provém da pobreza, da ‘sujeira’ ali exposta.

Nesse contexto, podemos afirmar que quando denunciados pelos moradores da Vila, todos esses problemas estruturais como a falta de infraestrutura, saneamento básico foram silenciados pela gestão, não havia nenhuma movimentação no sentido de resolver os problemas e investir em melhorias para a comunidade, dando condições de vida dignas para essa parcela da população. No entanto, quando o mercado imobiliário e turístico começa a se interessar pela área, a gestão aparece disposta a apagar toda a

pobreza visível aos olhos dos turistas e de uma elite incomodada com a ocupação de um território privilegiado por pessoas marginalizadas. Tornando o espaço que até o momento era ocupado por famílias que viviam da pesca, num espaço para lazer para classes mais abastadas.

Isso diz muito sobre esse processo de invisibilidade pelo qual a Vila dos Pescadores transitou durante décadas. Embora houvesse investimentos em empreendimentos do setor privado: hotéis, restaurantes, eventos em clubes privados, as denúncias e reivindicações pela presença do Estado por parte da Vila de Pescadores foram ignoradas, agravando problemas estruturais enfrentados pela comunidade (Hüning, Lima, Melo, Rocha & Silva, 2019). E só foram visibilizados sob os holofotes da cidade, quando os interesses da iniciativa privada alcançaram o território.

Scisleski e Hüning (2016), sintetizam o significado desses jogos de visibilidade e invisibilidade:

Essas divisões de territórios e categorias de seres que os habitam, remetem à dinâmica pela qual os jogos de luz e sombra projetam espaços e vidas tidas como perigosas e marginais que são colocadas na luminosidade quase que exclusivamente a partir da vinculação com o crime, suposta ou real, mas que permanecem invisíveis quando se procura associá-las a outras formas de vida. Forjam-se, assim, os habitantes da escuridão, sujeitos não humanos que ameaçam a humanidade daqueles que produzem e habitam as luzes. ... Invisíveis em sua potência, mas incômodos em sua presença que se tenta apagar, uma presença que é fantasma e ameaça. (pp.17-18)

Quando se iniciam as especulações em torno da Revitalização do Jaraguá, a Vila de Pescadores passa a ser nomeada de Favela e seus moradores são desqualificados na maioria das matérias que direta ou indiretamente apoiam esses projetos de revitalização e a expulsão da comunidade da região. A partir das matérias podemos pensar a construção do processo de favelização e a desqualificação desses sujeitos, como se deram essas produções das narrativas que marginalizaram essa comunidade e as associaram as violências. Discursos esses que foram acionados pelo poder público para legitimar a expulsão anos depois.

As narrativas relacionando violência à Vila de Pescadores e seus habitantes, estiveram presentes em toda a pesquisa, se intensificando a partir dos anos 2000, quando também se intensificaram os discursos de remoção. A violência foi acionada

pelo poder público em 2015 para justificar a remoção dos pescadores, ao mesmo tempo em que denunciada pela comunidade como resultado da negligência do governo desde 1980 (Hüning, 2014). Destacamos que quando aparecem os primeiros elementos que relacionam violência à Vila de Pescadores, a comunidade é apontada como alvo dessas violências, à margem de uma gestão pública omissa, sem segurança e sem infraestrutura num território de disputas (“Federal desmantela gang de traficantes”,1987; “Pescadores do Jaraguá lutam por suas casas”,1981).

Assim, alguns autores têm entendido que o próprio Estado representa uma violência legítima instituída socialmente e que tem a capacidade de produzir e reproduzir realidades igualmente violentas. (Silva, 2013; Hüning, 2014; Pereira, 2015; Hüning & Mesquita, 2015) Para Benjamin, o Estado representa uma violência institucionalizada, constituída juridicamente e legalmente mantida através do uso da força (Vasconcelos, 2005). Destacamos que as violências aqui não são compreendidas apenas pelas práticas criminais, mas também pela falta de gestão, retirada de direitos de toda uma comunidade, bem como por todo o processo de desqualificação e exclusão territorial, potencializados pelo próprio Estado.

### **DA LUTA E RESISTÊNCIA DA VILA DOS PESCADORES DO JARAGUÁ**

Dentre as particularidades da Vila de Pescadores do Jaraguá, se destacam a tradicionalidade da atividade artesanal pesqueira dentro de um cenário de urbanização acelerado fomentado pelo capitalismo (Pimentel & Martineli, 2017), e a força reivindicatória diante da ausência de prestação de serviços essenciais pelo Estado, que se omitiu e invisibilizou a comunidade que resistiu ao longo dos anos aos mais diversos investimentos realizados contra ela, utilizando-se de denúncias em jornais, protestos, articulações com outros movimentos sociais, e a insubordinação ante a necessidade de sobrevivência e permanência em seu território. Como no episódio em que os moradores da Vila de Pescadores, diante da ausência de providências da administração pública, após muitos dias sem água, quebraram a tubulação de água para atender as necessidades básicas: cozinhar, tomar banho e saciar a sede (“Moradores da favela quebram tubulação para retirar água”, 1998; “Moradores estouram cano para ter água”, 1998).

Uma das primeiras manifestações de luta da Vila de Pescadores encontrada nos materiais pesquisados, aparece na matéria intitulada “Pescadores do Jaraguá lutam por

suas casas” (1981), a qual relata a ocupação da câmara pelos pescadores que reivindicavam melhorias ante a ameaça de terem suas casas demolidas.

A Câmara Municipal de Maceió foi tomada de surpresa, na tarde de ontem com a “invasão” de representantes de famílias que foram pedir um posicionamento dos vereadores contra a suposta desapropriação de suas casas. Situadas na balança do peixe de Jaraguá ao lado da Associação Comercial. Homens mulheres e crianças lotaram todas as dependências do autirório (sic) improvisado da Câmara carregando faixas e cartazes pedindo justiça aos representantes do povo no legislativo municipal. (...)

O pescador Antonio Nazalio, acompanhado do advogado José Messias, entregou ao Presidente da Câmara, vereador Galba Novaes um abaixo assinado contendo centenas de assinaturas, o qual pede a interferência dos edis para que as casas não sejam demolidas.

De acordo com o documento entregue pelos pescadores, as propostas básicas se resumem na não desapropriação das casas “pois os pescadores que nelas residem ficariam sem trabalho” e que a Prefeitura Municipal, através dos órgãos competentes, financie a reforma das casas, permitindo a construção de alvenaria, esgotos e meio-fios nas ruas, “ou ainda que a Prefeitura ofereça uma área próxima, onde possam ser construídas as novas casas com o dinheiro das indenizações calculadas na Justiça” (...) (“Pescadores do Jaraguá lutam por suas casas”, 1981).

Pelo conjunto de informações presentes nos jornais da época, a ameaça de demolição das casas dos pescadores, está associada às denúncias de ausência de coleta de lixo e saneamento básico, bem como o aumento de proliferação de doenças que estariam ameaçando a saúde da população (“Imundice pode acabar com a feira do Jaraguá”, 1981), sendo esses problemas apontados pelos moradores do Jaraguá, em especial, a Vila de pescadores em anos anteriores (“Mar: a riqueza dos pescadores”, 1980).

Embora as matérias da época (início da década de 1980), já propagassem o progresso econômico do Jaraguá (“Prestando contas ao povo: governo Guilherme Palmeira - Prefeito vai entregar mais de 12 obras aos maceioenses, 1980; Casal Rasga

quilômetros por baixo da terra para livrar Maceió da sujeira, 1981; Guilherme e Fernando abrem o carnaval de 82 entregando obras aos maceioenses, 1982) nenhuma das obras públicas atendiam as demandas da Vila de Pescadores do Jaraguá, não sendo estes incluindo em nenhum dos projetos da época. Nesse primeiro movimento de resistência que os pescadores fizeram em defesa de suas casas e da profissão, o conjunto de informações acerca do bairro, aponta para um aumento da especulação imobiliária na região (“Mapel em Jaraguá - “Um desafio de João Lyra para soerguer o velho bairro””, 1982; Barbosa, 1982; “Porto de Maceió será incluído na rota do turismo”, 1982; Cavalcante, 1983).

Ante as omissões por parte da gestão e a necessidade de reivindicar a efetivação de direitos, em 1988 foi criada a Associação dos Moradores aumentando a visibilidade das questões trazidas pela Comunidade e atraindo projetos que colaboraram com o fortalecimento da identidade dos moradores e suas práticas (Hüning & Mesquita, 2015).

Outras manifestações públicas de resistências foram encontradas ao longo dos anos 90, sobretudo a partir de 1998 (“Jaraguá: transferência de favela ainda divide moradores”, 1998; “Prefeitura vai indenizar 11 famílias no Jaraguá”, 1998; “Moradores de favela quebram tubulação para retirar água”, 1998; “Moradores estouram cano para ter água”, 1998), quando os investimentos da Prefeitura na remoção total da Vila de Pescadores ficaram mais evidentes. Nesse período, também houve uma aproximação da comunidade com outros setores da sociedade civil, no qual as questões enfrentadas pelos moradores ganharam maior visibilidade na cidade e a força política da Comunidade transcende as fronteiras da Vila (Hüning & Mesquita, 2015).

A partir dos anos 2000, as manifestações de resistência aparecem com maior frequência nos jornais, quando também aumentam as especulações do projeto de remoção e as dificuldades para a permanência da Vila dos Pescadores. Nesse período, os projetos que envolviam a revitalização do Jaraguá se tornaram inteiramente excludentes e passaram a tratar as medidas para remoção da comunidade. Para tanto, a estratégia utilizada era a de ameaças de despejos ‘sem direito a nada’ principalmente para os residentes contrários à transferência da Vila ou que não aceitaram a proposta de remoção para uma moradia provisória ou no Tabuleiro, bairro muito distante do mar (“Pescadores vão ganhar novas casas no Tabuleiro”, 2015).

Nas palavras de Parmênides Justino Pereira (2015):

A reação dos pescadores foi imediata, porque a Lei Orgânica do Município prevê que nenhuma remoção pode acontecer sem consulta prévia à comunidade. Consideramos aqui que a história dessa resistência se configura como emblemática da condição segregacionista da política urbana praticada em Maceió, uma vez que nela se percebem com clareza os traços do autoritarismo que o Poder Público pode impor por meio do controle urbano, bem como a ambiguidade dos critérios técnicos que justificam a remoção, que se fundamenta apenas pelo estigma e pela discriminação (uma forte campanha de difamação da comunidade). (pp.15-16).

Em 2014, com a construção do Movimento “Abraça a Vila” - na qual várias entidades e categorias civis apoiaram os moradores e a permanência dos mesmos na Vila - a Comunidade ganha uma nova visibilidade, dessa vez positiva, utilizando-se também de outras redes de comunicação e mídias ‘não oficiais’, como blog e Facebook possibilitando a circulação de outras narrativas sobre a Vila dos Pescadores.

Consideramos que o surgimento do Movimento Abraça a Vila recoloca a comunidade no cerne da sociedade civil, resgatando sua imagem e sua dignidade, na medida em que não apenas traz para dentro da Vila profissionais, estudantes, pessoas de diversas classes sociais e distintos tecidos da cidade, assim como projeta a Vila para o restante da cidade, minando o campo da imagética, reconstituindo a reputação solapada e danificada pelas campanhas discriminatórias da prefeitura. Esse movimento tem como efeito maior a retirada do grupo da resistência do isolamento político em que caíram após o processo de cooptação das principais lideranças da comunidade, fornecendo o grupo e dando fôlego à resistência por meio de uma nova visibilidade, na medida em que as redes sociais proporcionaram um salto sobre a blindagem da mídia local. (Pereira, 2015, p.147).

Ainda em Fevereiro de 2015, encontramos uma das últimas matérias que ainda demonstravam a resistência, denúncias e a indignação da comunidade ante o recebimento de intimações para desocuparem a Vila:

Na comunidade, os moradores afirmam que, enquanto puderem, irão lutar contra a medida de desocupação. A marisqueira Francineide Oliveira, 36 anos, que é da

associação dos moradores, reconhece ter medo da situação de instabilidade ... “Pela lei, ninguém deveria nos tirar daqui, pois somos todos trabalhadores. As autoridades maiores não vêm ver o que se passa aqui e por isso estamos nessa situação”, disse ela, em meio aos protestos contra a Prefeitura, que, segundo ela, os classifica como invasores.’

“Isso não é invasão, todos já moravam aqui. Muitos dos que foram para os apartamentos, já os venderam e os que permanecem, estão aqui todos os dias trabalhando. Se tem estrutura para fazer esse projeto, então tem para fazer casas. Os juízes estudam para defender causas justas e não vemos isso. É revoltante que sejam dadas essas sentenças”, lamentou Francineide Oliveira, que mora na favela há 32 anos. (“Moradores são intimados a deixar favela”, 2015)

O processo de luta e resistência da Vila de Pescadores, diz do incômodo produzido pela pobreza nos centros urbanos e a marginalização de uma comunidade tradicional de pescadores por ocupar territórios privilegiados, comunica um modelo político de gestão que amplia desigualdades e segue favorecendo as classes abonadas, em detrimento de políticas públicas que abranjam os grupos mais pobres.

A tradicionalidade cultural vivenciada pela comunidade e a autoafirmação da identidade enquanto pescadores e marisqueiras foram grandes marcadores que ajudaram a tecer todo o processo de luta e resistência da Vila de Pescadores que permaneceu no Jaraguá até meados de 2015, quando, após um processo judicial, foram removidos do seu território, sem nenhum plano de ação por parte da Prefeitura, lançando muitas famílias às ruas da cidade.

Mesmo diante da perda do território, há muitas vitórias das quais toda a Comunidade se orgulha. A Vila de Pescadores do Jaraguá foi um testemunho de resistência durante décadas, mesmo diante das disparidades de forças. Pescadores e marisqueiras que sempre estiveram marginalizados pela administração pública, conseguiram fortalecer suas identidades, construir uma identidade coletiva, e, mais que isso, ante uma campanha difamatória amplamente difundida pela Prefeitura, conseguiram superar os estigmas e recolocar a Vila enquanto organização comunitária política atuante. Realizando alianças importantes com diversos setores da sociedade (Universidade, Movimentos Sociais, Movimentos religiosos, etc.) e reorganizando o próprio espaço territorial, tornando-o também um espaço cultural reconhecido pela cidade.

## CONCLUSÕES

O aumento populacional e as obras realizadas na cidade alteram o uso dos espaços urbanos e estabelecem novas formas de exclusão territorial, modificando também o modo como nos relacionamos com os espaços e com nós mesmos (Reis, Lara & Guareschi, 2015), e “mais do que expressar diferenças econômicas e sociais, os contrastes têm implicações nos modos como a cidade funciona” (Rolnik, 1999, p.100), vez que as dinâmicas do desenvolvimento urbano voltadas essencialmente para o progresso econômico tem como um dos principais desdobramentos o aumento das diferenças socioeconômicas, produzindo um urbanismo que agrava problemas já existentes na cidade. Ou seja, o uso dos espaços públicos e a sua destinação, podem se constituir como uma forte ferramenta de legitimação de desigualdades sociais.

Observamos que as os modos de gestão dos espaços e das pessoas e as alterações urbanas realizadas no bairro Jaraguá ao longo dos anos (1980-2016), infelizmente servem a um modelo socioeconômico normativo e excludente, num contexto que se produz discursos que permitem ou não o uso de determinados espaços físicos da cidade, impedindo que esses espaços sejam partilhados por todos os cidadãos, legitimando o emprego de violências sobre grupos economicamente vulneráveis e elegendo grupos elitistas para transitar e usufruir dos espaços ditos privilegiados (Hüning, Lima, Melo, Rocha & Silva, 2019).

A discussão realizada nesse trabalho, nos mostra uma narrativa contada através das mídias de grande circulação, sobre uma disputa territorial entre dispare, sobre discursos que legitimam violências, marginalizam e desqualificam as vidas de uma comunidade de pesca artesanal, que foi removida violentamente em meados de 2015, atendendo a interesses econômicos elitistas, tendo como um dos principais argumentos a revitalização do espaço urbano localizado numa área privilegiada da cidade.

Scisleski e Hüning (2016) nos deixam uma reflexão importante:

Discursos oficiais iluminaram o conflito falando da necessidade de desenvolvimento urbano, de crescimento, de urbanização, de segurança. Iluminaram o espaço e as pessoas, falando do crime, do tráfico, da prostituição. Permaneceram no escuro a vida de trabalhadores e trabalhadoras que aí ganhavam sua vida e compartilhavam histórias de convívio e cuidado mútuo. Forjou-se a história oficial iluminando-se apenas aquilo que era conveniente ao



olhar de uma política de extermínio e assim constitui-se um governo da vida nas cidades que segue pensando o desenvolvimento e a segurança a partir de uma política do visível, que produz e não trabalha o invisível. (pp. 23-24)

Os ‘discursos oficiais’ que passaram a circular nas principais mídias da cidade, realizaram uma campanha de difamação da Vila de Pescadores do Jaraguá e de seus moradores, inclusive nomeando a Vila como favela. Paralelamente, os discursos também apontavam para a necessidade de investimentos da área, de progresso econômico e turístico, sendo esses discursos acionados para a expulsão dos moradores da Vila em 2015.

Mesmo tendo um desfecho negativo com a expulsão dos pescadores da Vila, o processo de execução nº 0803193-79.2014.4.05.8000 até o fechamento desse trabalho continua ativo, e a luta desses pescadores se manteve para que a sentença fosse - no que coube aos compromissos atribuídos à Prefeitura Municipal de Maceió - cumprida integralmente, com a manutenção das condições para que os pescadores mantivessem seu ofício, a exemplo da conquista ao direito de manter os equipamentos coletivos de pesca, fazendo uso ainda que limitado desse espaço. “O pescador perdeu a moradia, mas conquistou a permanência dos equipamentos coletivos da pesca. Permanecendo com o espaço enquanto ambiente pesqueiro, porque a prefeitura não conseguiu engendrar o projeto da marina” (Pereira, 2015, p. 188).

Embora não faça parte do recorte temporal desse trabalho, é importante frisar que os investimentos da Prefeitura contra a Comunidade continuaram se agravando ao longo dos anos, sendo as questões apontadas pelos pescadores que permaneceram no uso do espaço para a pesca (moradia para os pescadores que mesmo cadastrados não tiveram assegurada a habitação pela Prefeitura, a ausência de infraestrutura, saneamento básico, segurança – (DPU, Relatório da Assistência Social), ônus reiteradamente descumpridos pela Prefeitura, além de surgirem outras demandas graves na tentativa de inviabilizar a permanência dos Pescadores na Vila do Jaraguá ainda no exercício de seu ofício, como a cobrança de altas taxas pelo uso do espaço, a não contemplação de todas as famílias (“Pescadores e marisqueira buscam solução para alta taxa cobrada para vender produtos no Centro Pesqueiro”, 2019; “Pescadores do Jaraguá reclamam de taxas e espaços pequenos em novo centro”, 2020).

Após a inauguração do Centro Pesqueiro em 2019, as discussões sobre o uso do espaço se intensificaram, ante os discursos da Prefeitura no sentido de realocarem os

pescadores para o Centro Pesqueiro, mesmo sem garantir a infraestrutura mínima, e demolirem a Balança do Peixe. Em março de 2020, mesmo com protestos dos pescadores (“Pescadores protestam contra realocação para o Centro Pesqueiro”, 2020) a Prefeitura de Maceió conseguiu efetivar a demolição da Balança do Peixe do Jaraguá (“Prefeitura começa a demolir antiga balança do peixe em Jaraguá”, 2020), destruindo também mais um símbolo da história da Vila de Pescadores e seus moradores no Jaraguá.

Os pescadores e marisqueiras do Jaraguá continuam reivindicando direitos e melhorias para o espaço como o Ponto de Cultura, a construção de uma sede da Associação, melhores condições de trabalho, melhor infraestrutura do Centro Pesqueiro, dentre outros. O processo de execução nº 0803193-79.2014.4.05.8000 no qual foi autorizado a expulsão dos pescadores da Vila continua ativo, sendo um dos meios oficiais de denúncia utilizados pela comunidade, através da Defensoria Pública da União.

Assim como entendemos a relevância de narrar as inúmeras violências e injustiças sofridas pela Vila de Pescadores do Jaraguá, reconhecemos a potência das lutas coletivas, das resistências e denúncias que se mantem ante os desmandos do Estado. Os ruídos dos excluídos e marginalizados continuam produzindo incômodo, necessário para que enquanto sociedade possamos repensar as seletividades e repensar a que custas privilégios são mantidos.

Resistir é uma necessidade vital para os marginalizados e para os privilegiados é um posicionamento político necessário, ainda mais diante dos cenários cada vez mais excludentes que nos tem sido apresentado dentro dessa lógica econômica. Esse trabalho é uma tentativa de manter viva a memória de luta e resistência da Vila de Pescadores do Jaraguá - ante as inúmeras tentativas de desqualificação, invisibilização e negativas de direitos pelo Estado- como processo de aprendizagem de luta coletiva e política.

## REFERÊNCIAS

- 2º DP quer prender quem matou cunhado (1990, agosto 17). *Jornal de Alagoas*. A-8.
- A importância do Porto de Jaraguá (1980, maio 31). *Jornal de Alagoas*. (Caderno especial)
- Arquiteta Vanuza Christiani acredita no Projeto Marina (1989, janeiro 22). *Jornal de Alagoas*.
- Assassino de pescador não é localizado (1991, julho 12). *Jornal de Alagoas*.
- Barbosa. J. Progresso está destruindo a memória dos maceioenses (1982, julho 11). *Gazeta de Alagoas*.
- Brandão, P. R. B. (2013). *Territórios do turismo, territórios de todos? Um estudo comparado sobre urbanização e formação de territórios em balneários turísticos do Nordeste do Brasil* (Tese Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco.
- Casal Rasga quilômetros por baixo da terra para livrar Maceió da sujeira (1981, outubro 25). *Gazeta de Alagoas*. Caderno B.
- Cavalcante, Z. Apesar dos progressos, os prédios históricos estão merecendo maiores cuidados (1983, janeiro 23). *Gazeta de Alagoas*. Caderno especial.
- Federal desmantela gang de traficantes (1987, setembro 09). *Jornal de Alagoas*.
- Fernandes, B. (2020, janeiro 06). *Pescadores do Jaraguá reclamam de taxas e espaços pequenos em novo centro*. *Jornal Extra*.  
<https://novoextra.com.br/noticias/alagoas/2020/01/52802-pescadores-do-jaragua-reclamam-de-taxas-e-espacos-pequenos-em-novo-centro>
- Fogo, máquinas, cacete e bala poderão destruir a mais pobre favela de Maceió: a do Palhau (1980, maio 11). *Jornal de Alagoas*.
- Guilherme e Fernando abrem o carnaval de 82 entregando obras aos maceioenses (1982, fevereiro 02). *Gazeta de Alagoas*. (pp. 5)
- Hüning, S. M. (2014). Encontros e confrontos entre a vida e o direito. *Psicologia em Estudo*, 19(3), 491-501.
- Hüning, S. M., & Mesquita, M. R. (2015). Esse título todo é pra que eu diga como eu aprendi a lutar? *A Psicologia Social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil*, 1, 19-35. [https://www.abrapso.org.br/download/download?ID\\_DOWNLOAD=562](https://www.abrapso.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=562)
- Hüning, S. M., Lima, B. M., Melo, F. S. L. L., Rocha, A. S., & Silva, D. E. A. S. (2019, julho). Biopolíticas da vida urbana: A produção da objetividade e subjetividades sobre a Vila dos Pescadores do Jaraguá. *Anais da 71ª reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*.

- Imundice pode acabar com a feira do Jaraguá ( 1981, maio 03). *Gazeta de Alagoas*. Caderno B
- Jaraguá – a promessa quase cumprida (1998, agosto 30). *O Jornal*. p.7.
- Jaraguá: patrimônio de arte, cultura e história (1983, outubro 23). *Gazeta de Alagoas*, (Caderno cidade).
- Jaraguá: transferência de favela ainda divide moradores (1998, agosto 04). *O Jornal*.
- Lessa lança hoje o projeto da revitalização de Jaraguá (1995, agosto 11). *Gazeta de Alagoas*. A5
- Makaisy, W. (2020, março 05). Prefeitura começa a demolir antiga balança do peixe em Jaraguá. *Gazeta de Alagoas*.  
<https://d.gazetadealagoas.com.br/cidades/260121/prefeitura-comeca-a-demolir-antiga-balanca-do-peixe-em-jaragua>
- Mapel em Jaraguá - “Um desafio de João Lyra para soerguer o velho bairro” (1982, maio 23. *Gazeta de Alagoas*. (pp.3)
- Mar e Lixo ( 1998, novembro 01). *O Jornal*. A-8.
- Mar: a riqueza dos pescadores (1980, março 08). *Jornal de Alagoas*.
- Marina Maceió em Jaraguá (1989, janeiro 15). *Jornal de Alagoas*.
- Marina Maceió impressiona (1989, abril 16). *Jornal de Alagoas*.
- Moradores de favela quebram tubulação para retirar água (1998, agosto 18). *O Jornal*.
- Moradores estouram cano para ter água (1998, agosto 18). *O Jornal*. A-6.
- Moradores são intimados a deixar favela (2015, fevereiro 10). *Gazeta de Alagoas*.
- Nogueira, R. (1992a, março 10). Jaraguá I. *Jornal de Alagoas*. A2.
- Nogueira, R. (1992b, março 10). Jaraguá II. *Jornal de Alagoas*. A2.
- Obras devem durar mais três anos 1998, novembro 01). *O Jornal*. A-8.
- Oliveira, B. (2012, março 11). Remoção de favela estimula investimentos em Jaraguá. *Gazeta de Alagoas*.  
<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=198113>
- Pereira, P. J. (2015). *Educação popular e consciência política na luta pelo espaço urbano em Maceió: a resistência da vila de pescadores de Jaraguá* (Tese Doutorado). Universidade Estadual de Campinas.
- Pescador é espancado por cinco militares (1992, outubro 30). *Jornal de Alagoas*.
- Pescadores do Jaraguá lutam por suas casas (1981, Agosto 18). *Gazeta de Alagoas*.

- Pescadores e Marisqueiras buscam solução para alta taxa cobrada para vender produtos no Centro Pesqueiro. (2019, novembro 18). *Cada Minuto*.  
<https://www.cadaminuto.com.br/noticia/349377/2019/11/18/pescadores-e-marisqueira-buscam-solucao-para-alta-taxa-cobrada-para-vender-produtos-no-centro-pesqueiro>
- Pescadores protestam contra realocação para o Centro Pesqueiro (2020, 04 março). *7 Segundos*.  
<https://maceio.7segundos.com.br/noticias/2020/03/04/163460/pescadores-protestam-contrarealocacao-para-o-centro-pesqueiro.html>
- Pescadores protestam contra transferência para Centro Pesqueiro em Jaraguá (2020, março 04). *Tribuna hoje*.  
<https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2020/03/04/pescadores-protestam-contratransferencia-para-centro-pesqueiro-em-jaragua/#:~:text=Dezenas%20de%20pescadores%20protestam%20na,balan%C3%A7a%20do%20peixe%20no%20bairro.>
- Pescadores vão ganhar novas casas no Tabuleiro (2015, junho 19). *Gazeta de Alagoas*.
- Pimentel, K. D. de A., & Martineli, L. V. (2017). Luta e resistência da tradição no espaço urbano: o caso da vila dos pescadores do Jaraguá. In *InSURgência: Revista de Direitos e movimentos sociais*, 2(1), 443-477.  
<https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/19038>
- Porto de Maceió será incluído na rota do turismo (1982, outubro 08). *Gazeta de Alagoas*.
- Prefeitura autoriza início da reforma de praças em Jaraguá (1998, agosto 18). *O Jornal*. A-6.
- Prefeitura quer Jaraguá como corredor turístico (1995, agosto 11). *Gazeta de Alagoas*. A-5
- Prefeitura vai indenizar 11 famílias no Jaraguá (1998, agosto 04). *O Jornal*.
- Preso após dois meses ter morto o colega no Jaraguá (1990, maio 20). *Jornal de Alagoas*. A-12.
- Prestando contas ao povo: governo Guilherme Palmeira - Prefeito vai entregar mais de 12 obras aos maceioenses (1980, janeiro 27). *Jornal de Alagoas*.
- Reis, C., Lara, L., & Guareschi, N. (2015). Direito à cidade e produção de modos comuns de habitar. In *Psicologia social, direitos humanos e história: transversalizando acontecimentos do presente*. (pp 47-61). CRV.
- Revitalização de Jaraguá cumpre calendário de obras (1997, julho 20). *Gazeta de Alagoas*.
- Rolnik, R. (1999). Exclusão territorial e violência. *São Paulo em Perspectiva*, 13(4), 100-111.

- Salve Jaraguá: Preservação do bairro do Jaraguá (1992, janeiro 26). *Jornal de Alagoas*. B-14.
- Scisleski, A. C. C., & Hüning, S. M. (2016). Imagens do escuro: reflexões sobre subjetividades invisíveis. *Revista Polis e Psique*, 6(1), 8-27.
- Silva, W. (2013). *Entre ruas que subjetivam, registros do governo da vida e da morte na cidade* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Alagoas. Alagoas, Brasil.
- Soares, D. (2009, setembro 04). Almeida critica protesto de moradores. *Gazeta de Alagoas*. A-5.
- Vasconcelos, R. (2005). A violência produzida pelo Estado. In *O poder e a cultura da violência em Alagoas*. (pp .133-160). Edufal.